

Atención: Son oportunos pagos por 5 días

LOCAL VAN SERVICES

Alterar nível de acesso

Vaccines: novel strategies

Lei 12.996/2014-RFB - Débitos Previdenciários-Parcelamento
Data da Consolidação: 24/11/2014

ATENÇÃO:

ATENÇÃO:
A dívida consolidada e as amortizações estão demonstradas pelo seu valor em reais na data da adesão à modalidade acima identificada.
A dívida consolidada está sujeita a alterações de valor decorrentes de inclusões e/ou exclusões de débitos.

Emitido em 16/01/2019 às 08:28:41

Descrição	Valor (R\$)
Dívida Consolidada em 24/11/2014	
Valor Sem Reduções	5.348.773,99
Valor Com Reduções	4.701.450,65
(-) Amortizações Antes da Conclusão da Consolidação	921.337,28
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	921.337,28
(=) Saldo Consolidado em valores de 24/11/2014	3.780.113,37
(-) Amortizações Após a Conclusão da Consolidação	709.157,10
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	709.157,10
(=) Saldo da Dívida Consolidada em valores de 24/11/2014	3.070.956,27
(+) Juros Acumulados até 16/01/2019 - 43,47%	1.334.944,69
(=) Saldo Devedor em 16/01/2019	4.405.900,96

Clique abaixo no link correspondente ao demonstrativo a ser exibido:

Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Antes da Conclusão da Consolidação

BRASIL

Serviços Barra GovBr

Sair com Segurança

Título do Certificado: 195.960.798-02 - THIAGO GIATTI ASSIS
 Responsável Legal: 45.767.652/0001-96 - MUNICIPIO DE MONTE MOR

Agência: Seu certificado expira em 5 dias.

LOCALIZAR SERVIÇO

Alterar perfil de acesso

Você tem novas mensagens

Extrato e Demonstrativos da Dívida Consolidada - Modalidades da Lei nº 12.996/2014

Lei 12.996/2014-RFB - Demais Débitos-Parcelamento
 Data da Consolidação: 24/11/2014

Situação: Em Parcelamento

ATENÇÃO:

A dívida consolidada e as amortizações estão demonstradas pelo seu valor em reais na data da adesão à modalidade acima identificada.
 A dívida consolidada está sujeita a alterações de valor decorrentes de inclusões e/ou exclusões de débitos.

Emitido em 16/01/2019 às 08:29:06

Descrição	Valor (R\$)	
Dívida Consolidada em 24/11/2014	239.874,91	
Valor Sem Reduções	201.439,81	
Valor Com Reduções	29.505,36	
(-) Amortizações Antes da Conclusão da Consolidação	29.505,36	Para o detalhamento das amortizações, clique nos respectivos links ao lado.
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014		
	171.934,45	
(=) Saldo Consolidado em valores de 24/11/2014	42.763,60	
(-) Amortizações Após a Conclusão da Consolidação	42.763,60	Para o detalhamento das amortizações, clique nos respectivos links ao lado.
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014		
	129.170,85	
(=) Saldo da Dívida Consolidada em valores de 24/11/2014	56.150,57	
(+) Juros Acumulados até 16/01/2019 - 43,47%	185.321,42	
(=) Saldo Devedor em 16/01/2019		

Clique abaixo no link correspondente ao demonstrativo a ser exibido:

- ☞ Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Antes da Conclusão da Consolidação
- ☞ Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Após a Conclusão da Consolidação

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: MARCELA DE OLIVEIRA CARVALHO. Sistema e-TCESP.
 Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce-sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 1-VPY-BBK9-4MPN-ASMB

BRASIL

Serviços Barra GovBr

Título da Certificação: 195.660.708-02 - THIAGO GIATTI ASSIS
Responsável Legal de: 45.787.052/0001-95 - MUNICÍPIO DE MONTE MOR

Atenção: Seu certificado expira em 03 dias.

LOCALIZAR SERVIÇO

Alinhar perfil de acesso

Você tem novas mensagens

Lei 12.996/2014-PGFN - Débitos Previdenciários-Parcelamento

Data da Consolidação: 24/11/2014

Situação: Em Parcelamento

ATENÇÃO:

A dívida consolidada e as amortizações estão demonstradas pelo seu valor em reais na data da adesão à modalidade acima identificada.
A dívida consolidada está sujeita a alterações de valor decorrentes de inclusões e/ou exclusões de débitos.

Emitido em 16/01/2019 às 06:27:21

Descrição	Valor (R\$)	
Dívida Consolidada em 24/11/2014		
Valor Sem Reduções	28.145,97	
Valor Com Reduções	22.758,55	
(-) Amortizações Antes da Conclusão da Consolidação		
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	8.407,33	
	8.407,33	Para o detalhamento das amortizações, clique nos respectivos links ao lado.
(=) Saldo Consolidado em valores de 24/11/2014	14.351,22	
(-) Amortizações Após a Conclusão da Consolidação		
Pagamentos - Lei nº 12.996/2014	3.972,64	
Redução Adicional pela Antecipação Equivalente a, no mínimo, 12 Prestações	3.623,40	Para o detalhamento das amortizações, clique nos respectivos links ao lado.
	349,24	
(=) Saldo da Dívida Consolidada em valores de 24/11/2014		
(+) Juros Acumulados até 16/01/2019 - 43,47%	10.378,58	
(=) Saldo Devedor em 16/01/2019	4.511,57	
	14.890,15	

Clique abaixo no link correspondente ao demonstrativo a ser exibido:

- Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Antes da Conclusão da Consolidação
- Demonstrativo de Pagamentos - Lei nº 12.996/2014 - Amortização Após a Conclusão da Consolidação

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 00363/2016)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Monte Mor/SP	CNPJ:	45.787.652/0001-56
Endereço:	Rua Francisco Glicério, 199	CEP:	13190-000
Bairro:	centro	Fax:	(019) 3879-9000
Telefone:	(019) 3879-9000		
E-mail:	gabinete@montemor.sp.gov.br		
Representante legal:	Thiago Giatti Assis		
CPF:	195.660.708-02		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	gabinete@montemor.sp.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor	CNPJ:	04.865.518/0001-49
Endereço:	Rua Marília Lirani, 85	CEP:	13190-000
Bairro:	Vila Magal	Fax:	
Telefone:	(019) 3879-1083		
E-mail:	ipremor@ipremor.com.br		
Representante legal:	Fernando José Ginefra Gonçalves	Complemento:	
CPF:	062.875.488-43	Data início da gestão:	02/01/2013
Cargo:	Presidente		
E-mail:	fernando@ipremor.com.br		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei 2232 de 01 de dezembro de 2015 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Monte Mor da quantia de R\$ 17.471.871,85 (dezessete milhões e quatrocentos e setenta e um mil e oitocentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 10/2014 a 12/2015, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Monte Mor confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 17.471.871,85 (dezessete milhões e quatrocentos e setenta e um mil e oitocentos e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 291.197,86 (duzentos e noventa e um mil e cento e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 291.197,86 (duzentos e noventa e um mil e cento e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos), vencerá em 30/04/2019 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei 2462 de 25 de julho de 2017 .

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 00363/2016)

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Monte Mor - SP / 27/03/2019

Prefeitura Municipal de Monte Mor
Thiago Giatti Assis
Prefeito Municipal

Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Fernando José Ginefra Gonçalves

Fernando J. G. Gonçalves
Diretor Presidente
Matr. 998

Testemunhas:

Edilson Hackmann
chefe de orçamento
CPF: 060.667.998-78
RG: 17498154

Edilson Hackmann
Diretor Planej. Orçamentário
e Convênios
Prefeitura Municipal de Monte Mor

Rafael Pereira de Oliveira
fiscal de rendas e tributos
CPF: 035.812.726-28
RG: 56884340X

Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de Rendas e Tributo
Monte Mor - SP
Mat. 001897

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00654/2017)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Monte Mor/SP
Endereço: Rua Francisco Glicério, 199
Bairro: centro
Telefone: (019) 3879-9000
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br
Representante legal: Thiago Giatti Assis
CPF: 195.660.708-02
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br

CNPJ: 45.787.652/0001-56
CEP: 13190-000
Fax: (019) 3879-9000

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Endereço: Rua Marilice Lirani, 85
Bairro: Vila Magal
Telefone: (019) 3879-1083
E-mail: ipremor@ipremor.com.br
Representante legal: Fernando José Ginefra Gonçalves
CPF: 062.875.488-43
Cargo: Presidente
E-mail: fernando@ipremor.com.br

CNPJ: 04.865.518/0001-49
CEP: 13190-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2462 de 25 de julho de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Monte Mor da quantia de R\$ 30.383.728,16 (trinta milhões e trezentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), correspondentes aos valores de Reparcimento dos termos 232/15, 363/16 e 345/17 devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 08/2014 a 12/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Monte Mor confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 30.383.728,16 (trinta milhões e trezentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 151.918,64 (cento e cinquenta e um mil e novecentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 151.918,64 (cento e cinquenta e um mil e novecentos e dezoito reais e sessenta e quatro centavos), vencerá em 20/08/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcimento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcimento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2462 de 25 de julho de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00654/2017)**

consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Monte Mor - SP / 27/07/2017

Prefeitura Municipal de Monte Mor
Thiago Giatti Assis

Thiago Giatti Assis
Prefeito Municipal

Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Fernando José Ginefra Gonçalves

Fernando J. G. Gonçalves
Diretor Presidente
Matr. 998

Testemunhas:

Edilson Hackmann
Dir. de Planejamento Orçamentário e Convênios
CPF: 069.667.998-78
RG: 17498154

Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de rendas e Tributos
CPF: 035.812.726-28
RG: 56884340X

entra p/ e-mail

**TERMO DE ACORDO DE REPARCAMENTO E
CONFESSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 033/2011)**

DEVEDOR

Ente Federativo: Monte Mor/SP
Endereço: Rua Francisco Gleason, 156
Cidade: centro
Telefone: (019) 3679-1000
E-mail: gabriela@montemor.sp.gov.br
Representante legal: Thiago Cláudio Assis
CPF: 195.669.705-02
Cargo: Prefeito
E-mail: gabriela@montemor.sp.gov.br

CNPJ: 45.787.552/0001-65
CEP: 13190-000
Fax: (019) 3679-3000

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Endereço: Rua Marilice Lirani, 85
Cidade: Vila Magal
Telefone: (019) 3679-1033
E-mail: gremior@gremior.com.br
Representante legal: Fernando José Góes Gonçalves
CPF: 062.873.486-43
Cargo: Presidente
E-mail: fernando@gremior.com.br

CNPJ: 04.965.518/0001-49
CEP: 13190-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2269/2016 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Município de Monte Mor da quantia de R\$ 19.037.384,50 (dezanove milhões e sete mil e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (R\$ 900 mensais) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 08/2014 a 12/2016, após o estabelecimento encerrado no Demonstrativo Consolidado do Patrimônio - DCP anexo.

Pelo presente instrumento, o Município de Monte Mor confessa ao DEVEDOR o montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma por ele estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando entretanto reservado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a exatidão de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 19.037.384,50 (dezanove milhões e sete mil e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), será pago em 1217 (duzentos e dezesseis) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 15.685,42 (cinco mil e trezentos e nove reais e quatrocentos e dois centavos), atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor de R\$ 15.685,42 (cinco mil e trezentos e nove reais e quatrocentos e dois centavos), vencerá em 20/08/2017 e as demais parcelas na mesma data das meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério estabelecido na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcamento constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelas diferenças fixadas na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Pelo presente, que o DEVEDOR e o CREDOR prestam ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, calculada a partir dos valores atualizados da consolidação do patrimônio anterior e das prestações pagas desde a atualização pelo IPCA acumulado, acrescidas de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados, definirá a data de valor atualizado do reparcamento e as prestações pagas anterior até a data de consolidação atual.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizada pelo órgão responsável por sua apuração, acrescidas de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Página 1

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFESSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CAOPREV Nº 023/2017)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês de vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês de vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Clausula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devendo ser atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do tombamento na agência Arrecadora responsável pela liberação do FPM de "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, a deverá permanecer em vigor até a situação integral do acordo de parcelamento.

Clausula Quinta - DA RESCISÃO

Considera motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou instigação judicial, a extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Clausula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em renúncia ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Clausula Setima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Clausula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro da sua Comarca.

Para fim de fé, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Monte Mor - SP / 01/06/2017

Thiago Gianti Assis
Prefeito Municipal

Thiago Gianti Assis
Prefeito Municipal

Fernando José Cinetto Gonçalves
Diretor Presidente
Matr. 998

Fernando J. G. Gonçalves
Diretor Presidente
Matr. 998

Testemunhas:

Edilson Hackmann
Chefe de Departamento
CPF: 050.867.966-76
RG: 17.436.154

Edilson Hackmann
Chefe de Departamento
CPF: 050.867.966-76
RG: 17.436.154

Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de Rendas e Tributos
CPF: 035.213.726-28
RG: 5838434DX

Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de Rendas e Tributos
Monte Mor - SP
e-mail: 001837

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00621/2018)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Monte Mor/SP
Endereço: Rua Francisco Gilcério, 199
Bairro: centro
Telefone: (019) 3879-9000
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br
Representante legal: Thiago Giatti Assis
CPF: 195.660.708-02
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br

CNPJ: 45.787.652/0001-56

CEP: 13190-000

Fax: (019) 3879-9000

Complemento:

Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Endereço: Rua Marilice Lirani, 85
Bairro: Vila Magal
Telefone: (019) 3879-1083
E-mail: ipremor@ipremor.com.br
Representante legal: Fernando José Ginefra Gonçalves
CPF: 052.875.488-43
Cargo: Presidente
E-mail: fernando@ipremor.com.br

CNPJ: 04.885.518/0001-49

CEP: 13190-000

Fax:

Complemento:

Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2511 de 31 de outubro de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Monte Mor da quantia de R\$ 19.333.654,18 (dezenove milhões e trezentos e trinta e três mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2017 a 12/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Monte Mor confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 19.333.654,18 (dezenove milhões e trezentos e trinta e três mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 322.227,57 (trezentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 322.227,57 (trezentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos), vencerá em 10/05/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 2511 de 31 de outubro de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00621/2018)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Monte Mor - SP / 17/04/2018


Prefeitura Municipal de Monte Mor
Thiago Giatti Assis


Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Fernando José Ginefra Gonçalves

Fernando J. G. Gonçalves
Diretor Presidente
Matr. 998

Testemunhas:


Edison Hackmann
Dir. de Planejamento Orçamentário e Convênios
CPF: 060.667.998-78
RG: 17498154


Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de Rendas e Tributos
CPF: 035.812.726-28
RG: 56884340x

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00267/2019)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Monte Mor/SP
Endereço: Rua Francisco Glicério, 199
Bairro: centro
Telefone: (019) 3879-9000
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br
Representante legal: Thiago Giatti Assis
CPF: 195.660.708-02
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br

CNPJ: 45.787.652/0001-56
CEP: 13190-000
Fax: (019) 3879-9000

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Endereço: Rua Marilice Lirani, 85
Bairro: Vila Magal
Telefone: (019) 3879-1063
E-mail: ipremor@ipremor.com.br
Representante legal: Fernando José Ginefra Gonçalves
CPF: 062.875.488-43
Cargo: Presidente
E-mail: fernando@ipremor.com.br

CNPJ: 04.865.518/0001-49
CEP: 13190-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2651 de 27 de novembro de 2018 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Monte Mor da quantia de R\$ 17.278.544,45 (dezessete milhões e duzentos e setenta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2018 a 12/2018, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Monte Mor confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 17.278.544,45 (dezessete milhões e duzentos e setenta e oito mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 287.975,74 (duzentos e oitenta e sete mil e novecentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 287.975,74 (duzentos e oitenta e sete mil e novecentos e setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), vencerá em 30/04/2019 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 2651 de 27 de novembro de 2018.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00267/2019)

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.


Cláusula Oitava - DO FORO


Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

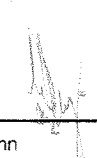
Monte Mor - SP / 29/03/2019


Prefeitura Municipal de Monte Mor
Thiago Gialli Assis
Prefeito Municipal



Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Fernando José Cinefra Gonçalves


Diretor Presidente
Matr. 998

Testemunhas:



Edilson Hackmann
Dir. de Planejamento Orçamentário e Convenios
CPF: 060.667.998-78
RG: 17498154



Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de Rendas e Tributos
CPF: 035.812.726-28
RG: 56884340-X